

TERÇA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 2024 | ANO 3 | Nº 783 | **TUDO O QUE MOVE O MERCADO** | DIRETOR-PRESIDENTE FABRÍCIO JULIÃO



PESQUISA Gargalos no transporte rodoviário ameaçam eficiência da logística, aponta CNTA ▶**p4**

CONGRESSO PL para permitir voos domésticos de empresas internacionais na Amazônia é aprovado **p4**



Ideia do Governo Estadual é potencializar investimentos no modal ferroviário e promover a redução de custos logísticos ▶**p6**



MARANHÃO Porto do Itaqui lança prêmio de compliance na poligonal do complexo ▶p5

RIO GRANDE DO SUL Governo estadual libera R\$ 14 mi para obras no Aeroporto de Caxias do Sul **p5**

CENTRO-OESTE Super avião chega a 1 milhão de litros de água contra o fogo no Pantanal **p6**

EDITORIAL

Abrir os céus da Amazônia, uma oportunidade

A aprovação, na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, do projeto de lei que permite a operação de voos domésticos na Amazônia por empresas aéreas internacionais representa um passo importante para o desenvolvimento da região. Ao abrir o mercado para novas empresas, a medida visa estimular a competição, aumentar a oferta de voos e, consequentemente, reduzir os preços das passagens aéreas.

A concentração de voos em poucas empresas nacionais e a frequente alteração de rotas têm gerado uma oferta limitada e preços elevados, especialmente nas regiões mais remotas da Amazônia. A falta de conectividade aérea tem sido um obstáculo para o desenvolvimento econômico e social da região, dificultando o acesso a serviços essenciais como saúde e educação, além de limitar o potencial turístico.

A abertura do mercado para empresas aéreas internacionais pode trazer diversos benefícios para a população da Amazônia. A maior concorrência deve resultar em uma oferta mais diversificada de voos, com horários mais flexíveis e preços mais competitivos. Além disso, a entrada de novas empresas pode estimular o desenvolvimento de novos destinos turísticos, gerando emprego e renda para a população local.

É importante destacar que a proposta aprovada pela CI não representa uma ameaça às empresas aéreas nacionais. Pelo contrário, a medida pode incentivar as companhias brasileiras a investirem em novas rotas e em uma melhor qualidade de serviço, a fim de se manterem competitivas.

A decisão de permitir a operação de empresas estrangeiras na Amazônia também está alinhada com as práticas internacionais. Diversos países ao redor do mundo já permitem a operação de empresas aéreas estrangeiras em seus mercados domésticos, o que tem contribuído para a redução dos preços das passagens aéreas e para o aumento da oferta de voos.

É fundamental que a Câmara dos Deputados aprove a proposta e que o Governo Federal implemente as medidas necessárias para garantir a segurança operacional e a proteção dos consumidores. A abertura do mercado de aviação na Amazônia é uma oportunidade única para impulsionar o desenvolvimento da região e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. No entanto, é preciso acompanhar de perto a implementação dessa medida, garantindo que os benefícios sejam maximizados e que os possíveis impactos negativos sejam minimizados. A abertura do mercado de aviação na Amazônia deve ser iniciada, mas ela exige um planejamento cuidadoso e a participação de todos os atores envolvidos, como governo, empresas aéreas, aeroportos e sociedade civil.

NESTA EDIÇÃO



- MANCHETE
- 6 Alep aprova privatização da Ferroeste em primeira discussão

HUB

3 ABTP propõe ao Governo simplificação do processo de valuation em arrendamentos

NACIONAL

- 3 Santos Brasil cria programa para compensar emissão de gases
- 4 Gargalos no transporte rodoviário ameaçam eficiência da logística, diz pesquisa

PL para permitir voos domésticos de empresas internacionais na Amazônia é aprovado

REGIÃO NORDESTE

5 Porto do Itaqui lança prêmio de compliance na poligonal do complexo

REGIÃO SUL

6 Governo do RS libera R\$ 14 mi para obras no Aeroporto de Caxias do Sul

REGIÃO CENTRO-OESTE

- 6 Super avião chega a 1 milhão de litros de água contra o fogo no Pantanal
- **6** REGIÃO SUDESTE

PF encontra imigrantes clandestinos escondidos em navio



Sistema BE News de Comunicação

Sede

Alameda Campinas, 802, 6° andar, São Paulo, São Paulo 01404-200, BR

Sucursal Brasília

SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110 Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul Brasília, Distrito Federal 70340-000, BR

Sucursal Santos Rua Brás Cubas, 37, Sala 11 Santos, São Paulo 11013-919, BR

Diretor-presidente

Fabrício Julião

Diretor-superintendente Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira Jacyara Lima

Diretor-geral

Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial

Roberta Riccioppo

Editor-executivo - Jornal BE News Alexandre Fernandes

Editora-executiva - Portal BE News Vanessa Pimentel

Editor-executivo - TV BE News

Editora de Arte - Jornal BE News

Mônica Mathias Equipe de reportagem

Gustavo Zanaroli

Cássio Lyra, Júnior Batista, Marília Sena, Paulo José Ribeiro, Yousefe Sipp e Vitória Malafati (estagiária)

Colunista

Ivani Cardoso



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para

atendimento@redebenews.com.br

INSCREVA-SE

PUBLICIDADE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br



publicidade@redebenews.com.br

NACIONAL



Simplificação em debate 1

A Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP) propõe a simplificação do processo de valuation (a definição do valor financeiro) nos arrendamentos de instalações portuárias, como parte do Programa Navegue Simples, do Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor). A estratégia foi apresentada pela direção da ABTP em reunião com autoridades do Mpor e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) nessa segunda-feira, dia 19, em Brasília. Os representantes do Governo Federal ficaram de analisar a sugestão.

Simplificação em debate 2

A reunião teve a participação do diretor-presidente da ABTP, Jesualdo Silva, do diretortécnico, Eduardo Bezerra, e da diretora-executiva, Claudia Borges (ela, por videoconferência), atendidos pela secretáriaexecutiva do Mpor, Mariana Pescatori, pelo secretário nacional de Portos, Alex Avila, pelo diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, e pela diretora da Antaq, Flávia Takafashi.

Inflação 1

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aumentou pela quinta semana consecutiva, passando dos 4,2% projetados na semana passada para 4,22%, segundo o Boletim Focus divulgado nessa segunda-feira (19) pelo Banco Central (BC). O IPCA é considerado a inflação oficial do país. A projeção para este ano se encontra acima da meta de inflação, que é 3%, mas dentro da margem de tolerância, que é de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo - ou seja, entre 1,5% e 4,5%.

Inflação 2

A expectativa do IPCA para 2025 apresentou queda, na comparação com a semana passada, situando-se em 3,91%. Há uma semana, ela estava em 3,97%. Para 2026, se manteve estável em 3,6%.

Imigrantes resgatados 1

A Polícia Federal (PF) resgatou cinco imigrantes vindos da República de Guiné, que estavam escondidos em um navio cargueiro, no Rio de Janeiro, no último sábado, dia 17. Eles teriam entrado clandestinamente na embarcação, que saiu de Dakar, no Senegal, e foram posteriormente descobertos pela tripulação. De acordo com a PF, os imigrantes estavam em condições precárias de saúde e foram resgatados por motivos humanitários. Com isso, tiveram autorização para um desembarque condicional. Dois deles são menores de idade.

Imigrantes resgatados 2

Um dos imigrantes demonstrou interesse em pedir refúgio no Brasil, informou a PF. Os cinco serão mantidos no Brasil às custas da seguradora do navio, que tem bandeira maltesa, enquanto aguardam a continuidade dos procedimentos legais.

Santos Brasil cria programa para compensar emissão de gases

Com o LCL Carbon Neutral, a empresa busca reduzir suas emissões e as de seus clientes por meio de créditos de carbono



Ao aderir ao LCL Carbon Neutral, o cliente da Santos Brasil é informado mensalmente sobre o total de emissões referentes à sua operação e aos volumes movimentados

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

A Santos Brasil anunciou mais uma iniciativa voltada à redução da pegada de carbono de suas operações e de seus clientes. Trata-se do programa LCL Carbon Neutral, que atesta que os serviços prestados para as cargas LCL, do transporte rodoviário à movimentação e armazenagem das cargas, são compensados em relação às emissões de GEE (gases de efeito estufa).

Com o LCL Carbon Neutral, a companhia tem como objetivo diminuir as próprias emissões (escopo 1) e contribuir para que seus parceiros comerciais reduzam as emissões de escopo 3, que representam a cadeia de valor.

Neste primeiro momento, o programa se destina exclusivamente às atividades desenvolvidas nos Centros Logísticos Industriais Aduaneiros (Clias) Santos e Guarujá, para o segmento de clientes de carga fracionada LCL, operado pelos clientes NVOCC e Freight Forwarders.

Ao aderir ao LCL Carbon Neutral, o cliente é informado

mensalmente sobre o total de emissões referentes à sua operação e aos volumes movimentados. A Santos Brasil faz a compensação destas emissões por meio da aquisição de créditos de carbono. Um certificado em nome do cliente, expedido por consultoria independente, atesta os valores de emissão e a forma de neutralização.

As emissões de GEE de todas as operações da Santos Brasil são mapeadas de maneira estruturada pela equipe interna e, juntamente com a consultoria independente, são realizados os cálculos das emissões e compensações do novo serviço. Isso, segundo a empresa, garante isenção e transparência ao processo.

Entre os clientes que terão suas emissões compensadas está a Allink Neutral Provider, uma das maiores empresas de NVOCC, que também está totalmente focada no tema da neutralização dentro do transporte marítimo de carga LCL.

Para Wagner Toffoli, diretor comercial Freight Forwarder & NVOCC da Santos Brasil, com o LCL Carbon Neutral, a Santos Brasil reforça seu comprometimento com a sustentabilidade da cadeia logística, contribuindo de maneira concreta com o programa de

descarbonização de seus clientes. "Estamos muito felizes por lançarmos este projeto inovador para o segmento, totalmente alinhado com os desafios colocados para a perpetuidade das operações logísticas de nossos clientes freight forwarders e NVOCCs. Neste sentido, é importante destacarmos a sinergia e a complementaridade com o projeto Rota Verde, que nosso cliente Allink está lançando simultaneamente. Assim, toda a operação LCL está englobada no conceito de descarbonização e sustentabilidade",

André Gobersztejn, diretor-executivo da Allink, reforça que o programa livre de carbono oferecido pela Santos Brasil está alinhado às demandas do mercado mundial. "Nossa parceria nessa iniciativa reflete a sinergia entre as duas empresas, que são pautadas pela inovação, pelo alto nível de governança e pelo comprometimento com os pilares ESG.

Buscamos um mundo melhor para esta e para as futuras gerações", diz.

Meta até 2040

Na área ambiental, a empresa tem como foco reduzir e neutralizar as emissões de carbono até 2040. Para isso, estão sendo feitas a mudança gradativa da matriz energética dos equipamentos, do diesel para a eletricidade, e a compensação das emissões de GEE de escopo 2 (energia) por meio da compra de certificados I-RECs. Neste ano, entraram em operação oito RTGs (guindastes de pátio) elétricos no Tecon Santos e outras oito unidades estão em fase de compra. No ano passado, a Santos Brasil atingiu, antecipadamente, três metas ambientais estabelecidas em 2020 para 2024, com a redução de 50% na geração de resíduos, de 41% no consumo de água e de 36% nas emissões de gases de efeito estufa.

GLOSSÁRIO

LCL | sigla de less than a container load, ou seja, a carga que não ocupa totalmente o espaço de um contêiner.

NVOCC | sigla de non-vessel operating common carrier, termo em inglês que, basicamente, se refere a um transportador de carga sem navio próprio.

Freight forwarder | é a pessoa, física ou jurídica, responsável por viabilizar soluções logísticas para operações de importação e exportação.

NACIONAL

Gargalos no transporte rodoviário ameaçam eficiência da logística, diz pesquisa

Estudo da CNTA alerta para a capacidade do setor de manter a competitividade e a regularidade no transporte de cargas

YOUSEFE SIPP yousefe.sipp@redebenews.com.br

O transporte rodoviário, que movimenta 80% das cargas no Brasil, enfrenta desafios que colocam em risco sua eficiência e sustentabilidade a longo prazo. Uma pesquisa da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA) alerta para a capacidade do setor rodoviário de manter a competitividade e a regularidade no transporte de cargas, fundamentais para abastecer portos e aeroportos, além de sustentar as exportações brasileiras. O envelhecimento da frota e da força de trabalho, associado ao alto índice de desistência na profissão, são fatores que podem comprometer a logística nacional.

Apresentado pela Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados na última terça-feira (13), o estudo também traçou um perfil da categoria, mostrando que 99% dos caminhoneiros são homens, com idade média de 46 anos, que trabalham 12 horas por dia



Os resultados da pesquisa elaborada da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA) foi apresentado pela Comissão de Viação e Transportes da Câmara

em condições precárias, como a falta de segurança e a ausência de pontos de descanso adequados.

"O Brasil vem batendo recordes consecutivos na produ- eficiência do modal rodoviário. ção agrícola, mas a expansão dos profissionais da categoria de transporte não acompanha esse crescimento", alertou José Amaral Filho, superintendente de Serviços de Transporte Rodo-

viário e Multimodal de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), destacando a necessidade urgente de medidas que melhorem a

Leonardo Rodrigues, coordenador-geral de Operação Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), destacou que, embora existam 94 pontos de parada credenciados pelo órgão, esse número é insuficiente para atender à crescente demanda, especialmente em rotas estratégicas para o comércio exterior...

Diumar Bueno, presidente da CNTA, enfatizou que as condições precárias de trabalho dos caminhoneiros autônomos, agravadas pela exploração por intermediários, afetam direta-

mente a qualidade e a eficiência do transporte de cargas.

Com cerca de 1,9 milhão de trabalhadores atuando no transporte de cargas no Brasil, a profissão depende de ações imediatas. "Quase metade dos caminhoneiros acredita que nunca há, por parte do governo federal, ações de fato para incentivar a categoria a permanecer na estrada", afirmou Alan Medeiros, assessor da CNTA.

O deputado Zé Trovão (PL-SC), autor do requerimento que originou o debate, ressaltou a necessidade de as empresas estimularem a renovação da frota e de o Governo implementar políticas que melhorem as condições de trabalho dos caminhoneiros, visando evitar uma crise no setor que poderia impactar significativamente a

"O próprio caminhoneiro que está lá no asfalto só pensa em cumprir horário, encontrar um lugar bom para dormir e um lugar barato para abastecer. Nós somos responsáveis por dar a ele aquilo que ele não consegue enxergar diante de seus olhos", concluiu.

PL para permitir voos domésticos de empresas internacionais na Amazônia é aprovado

Após o aval da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, texto deve seguir para a Câmara dos Deputados

YOUSEFE SIPP yousefe.sipp@redebenews.com.br

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou o Projeto de Lei 4.392/2023, de autoria do senador Alan Rick (União-AC), que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565, de 1986) para permitir que empresas aéreas internacionais realizem voos domésticos na região da Amazônia Legal.

Atualmente, a legislação brasileira restringe a operação de voos internos a empresas nacionais. O texto original autorizava somente empresas sulamericanas a operar voos domésticos no Brasil. No entanto, a versão aprovada pela CI na última terça-feira (13) amplia

essa autorização para todas as companhias aéreas internacionais que já atuam na região amazônica, composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

O autor do projeto, senador Alan Rick (União-AC), justificou a proposta apontando o desinteresse das companhias aéreas nacionais em atender regularmente a Amazônia. Ele destacou a concentração de voos em poucas empresas e a frequente alteração de rotas, o que resulta em uma oferta limitada e alta dos serviços na região. "No Acre, por exemplo, o aeroporto tem apenas dois voos diários que partem de madrugada e estão sempre lotados", afirmou Rick.

O relator do texto, Marcos



Rogério (PL-RO), introduziu emendas ao projeto. Uma das principais mudanças foi a exclusão da exigência de tripulação nacional para os voos operados por empresas estrangeiras. Além disso, foram incluídas disposições para permitir viagens domésticas previstas em acordos internacionais de transporte aéreo.

O parlamentar mencionou a abertura do novo mercado, citando exemplos de outros países como Chile e México, que já permitem a operação de empresas internacionais em viagens domésticas. "Não é por falta de demanda, mas sim por falta de operadoras que não há mais voos na região", afirmou Rogério.

O Projeto de Lei aprovado pela comissão do Senado altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para permitir a atuação de empresas internacionais na Amazônia Legal

Durante a discussão do colegiado, algumas emendas propostas foram rejeitadas. A proposta de Mecias de Jesus (Republicanos-RR), que pretendia permitir a cabotagem a empresas de qualquer nacionalidade, foi considerada desnecessária pelo relator, que argumentou que o texto já atende a esse ponto. Outras emendas, como a que condicionava a autorização à observância de isonomia tributária e a que priorizava o transporte de bens essenciais, também foram rejeitadas.

A proposta será enviada à Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação no Plenário.

REGIÃO NORDESTE

Porto do Itaqui lança prêmio de compliance na poligonal do complexo

prêmio reconhece iniciativas de empresas que atuam no cais maranhense

JÚNIOR BATISTA iunior.batista@redebenews.com.br

A Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) lançou o 1º Prêmio Porto do Itaqui de Destaque Compliance, em sua sede. A iniciativa visa reconhecer as empresas atuantes na área da Poligonal do Porto do Itaqui que se destacaram na implementação de programas de Compliance. O encontro ocorreu na quarta-feira, dia 14.

O prêmio homenageou operadoras, contratadas, arrendatárias, fornecedores e terceirizadas que contribuíram para o fortalecimento das práticas de governança corporativa através da cultura de conformidade e integridade.

O objetivo principal do Prêmio Porto do Itaqui de Destaque Compliance é valorizar e incentivar as melhores práticas de Compliance no Complexo Portuário do Itaqui, promovendo a transparência, a ética e a integridade nas relações comerciais e institucionais com a Emap.

Todas as pessoas jurídicas de direito privado que desenvolveram atividades com a Emap nos anos de 2023 e 2024, e que possuíam programas de Compliance desenvolvidos, participaram da premiação. A iniciativa foi aberta a empresas de todos os portes, incluindo microempresas, empresas de pequeno porte, empresas de médio porte e grandes empresas.

Os vencedores receberam uma placa de reconhecimento e um certificado de destaque Com-



pliance, conforme a sua classificação. A gerente de compliance do Porto do Itaqui, Teresa Nina, falou sobre a importância do prêmio. "Uma iniciativa pensada para reconhecer e destacar as empresas que buscam o trabalho de excelência do compliance como grandes parceiras do Porto do Itaqui",

Na cerimônia, Hadrya Lopes, representante da COPI, vencedora na categoria Operador Portuário, celebrou a conquista da empresa. "A COPI está muito feliz com o recebimento desse prêmio, isso é um reconhecimento de trabalho de toda uma equipe que só foi possível graças ao alto nível da nossa gestão, dos nossos gerentes e líderes, e de todos os colaboradores que compraram a ideia do compliance", ressaltou

Sérgio Barros, O encarre-

Os vencedores da premiação promovida pela Emap receberam uma placa de reconhecimento e um certificado de destaque Compliance, conforme a sua classificação

gado de Compliance da SAAM Towage S/A, Sérgio Barros, destacou o significado da premiação. A empresa ficou em primeiro lugar como arrendatária de Grande Porte. "A premiação trouxe para a SAAM a honra de ter essa iniciativa e todo o trabalho do nosso programa de compliance reconhecido pelo Porto do Itaqui", afirmou.

Os vencedores em cada categoria foram:

Arrendatária Grande Porte: SAAM Towage S/A **Contratadas Grande Porte:** MAxtec Serviços Gerais e Manutenção Industrial Ltda. **Contratadas Pequeno Porte:** Klaus Makella **Contratadas Micro Empresa: Smart SEA Maritime Operador Portuário:**

COPI Operações Integradas



Governo do RS libera R\$ 14 mi para obras no Aeroporto de Caxias do Sul

Valor total para melhorias no terminal será de pouco mais de R\$ 16 milhões, que serão completados pela Prefeitura

CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebenews.com.br

O Governo do Rio Grande do Sul autorizou a liberação de R\$14 milhões destinados para me-Ihorias no Aeroporto Regional Hugo Cantergiani, em Caxias do Sul. Segundo o estado, estão previstas obras de requalificação da pista de pousos e decolagens, ampliação do terminal de embarque e desembarque e aquisição de equipamentos para melhoria das operações.

O valor total das obras no terminal está orçado em R\$16,4 milhões, sendo R\$ 14 milhões repassados via convênio do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) com a Prefeitura, que é responsável pela administração do terminal. O valor restante (R\$ 2,4 milhões) será aportado pelo município como contrapartida.

"O investimento nesse importante terminal é um compromisso do governo do Estado para que o Aeroporto de Caxias ganhe ainda mais protagonismo. As melhorias serão fundamentais para que o Rio Grande do Sul receba mais voos e para que a aviação regional seja fortalecida", destacou o secretário de Logística e Transportes, Juvir Costella.

O investimento foi anunciado pelo governador Eduardo Leite (PSDB) no mês de junho. Na ocasião, Leite destacou que o aporte vai ajudar a ampliar o número de voos no terminal e salientou que o aeroporto de Caxias do Sul é estratégico para o Rio Grande do Sul, em especial neste momento de suspensão das operações no Salgado Filho, que vão ser retomadas no mês de outubro.



REGIÃO SUL

Alep aprova privatização da Ferroeste em primeira discussão

Dos 48 deputados que participaram da votação, 41 votaram a favor e sete votaram contra

CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebenews.com.br

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou na segundafeira (19), em primeira discussão, o projeto que autoriza a desestatização da Ferroeste, estatal responsável pelo modal ferroviário no estado. Dos 48 deputados que participaram da votação, 41 votaram a favor e sete votaram contra.

Também nesta segundafeira, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação da Assembleia Legislativa promoveu uma reunião de tra-

balho para debater sobre o projeto, de autoria do Governo do Estado do Paraná, além de ouvir e entender as demandas do setor produtivo.

O encontro reuniu deputados estaduais, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap), a Associação Comercial do Paraná (ACP), e representantes da Ferroeste.

Durante o debate, representantes do setor produtivo apontaram a necessidade para



um maior refino do texto do projeto de lei, buscando mais clareza quanto ao futuro da desestatização e a previsão de uma ligação mais efetiva da malha ferroviária com o Porto de Paranaguá, o principal complexo portuário do Paraná.

Projeto

O Governo do Paraná encami-

O Governo Estadual diz que o principal objetivo com a desestatização da Ferroeste é potencializar investimentos no modal ferroviário e promover a redução de custos logísticos

nhou o projeto de lei 512/2024 para a Alep no início deste mês. Segundo o Governo Estadual, o principal objetivo é potencializar os investimentos no modal ferroviário, promover redução de custos logísticos para o setor produtivo e apoiar a expansão das cooperativas e da produção agropecuária do Paraná nos próximos anos. A Ferroeste administra o trecho de 248 quilômetros de ferrovias entre os municípios de Guarapuava e Cascavel.

REGIÃO CENTRO-OESTE

Super avião chega a 1 milhão de litros de água contra o fogo no Pantanal

Modelo KC-390 Millennium é operado pelo Primeiro Grupo de Transporte de Tropa da Base Aérea de Anápolis (GO)

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

A Força Aérea Brasileira (FAB) está atuando no combate aos incêndios no bioma do Pantanal, sob a coordenação do Comando Conjunto da Operação Pantanal II, desde o dia 28 de junho. Na segunda-feira (19), a operação atingiu a marca de mais de 1 milhão de litros de água lançados na região.

Nesta missão, o KC-390 Millennium, operado pelo Primeiro Grupo de Transporte de Tropa (1° GTT) - Esquadrão



Zeus – da Base Aérea de Anápolis (BAAN), em Goiás, foi equipado pela primeira vez com o Sistema Modular Aerotransportá-

vel de Combate a Incêndios (MAFFS, na sigla em inglês), desempenhando um papel crucial na contenção das chamas. O modelo KC-390 Millennium, da Base Aérea de Anápolis, foi equipado pela primeira vez com o Sistema MAFFS, desempenhando um papel crucial na contenção das chamas

O MAFFS, composto por um tubo que projeta água pela porta traseira esquerda da aeronave, pode descarregar até 12 mil litros de água em apenas 7 segundos sobre as áreas atingidas pelo fogo.

O KC-390 foi desenvolvido e fabricado pela Embraer, uma empresa brasileira. O sistema MAFFS pesa cerca de seis toneladas sem água, e a instalação no KC-390 Millennium requer entre seis e oito horas de trabalho. A preparação da aeronave é realizada por uma equipe especializada de militares das áreas de Elétrica e Mecânica.

Durante as missões de combate a incêndios, como a no Pantanal, o MAFFS do KC-390 é abastecido com água de duas piscinas instaladas próximas à aeronave, cada uma com capacidade para 24 mil litros. Além da água, o sistema utiliza ar comprimido para pressurizar o líquido durante o lançamento sobre os focos de incêndio. O processo de abastecimento dura cerca de 30 minutos, permitindo uma decolagem rápida para continuar o combate às chamas.

REGIÃO SUDESTE

PF encontra imigrantes clandestinos escondidos em navio

Eles haviam entrado clandestinamente na embarcação que partiu de Dacar, no Senegal

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

Policiais federais resgataram no último sábado (17) cinco imigrantes da República da Guiné que estavam escondidos em um navio cargueiro no Rio de Janeiro. Eles haviam entrado clandestinamente na embarcação que partiu de Dacar, no Senegal, e foram descobertos pela tripulação.

De acordo com a Polícia

Federal, os imigrantes, que estavam em condições de saúde precárias, foram resgatados por razões humanitárias e receberam autorização para um desembarque condicional. Entre eles, dois são menores de

idade. Um dos imigrantes manifestou interesse em solicitar refúgio no Brasil.

Enquanto aguardam os procedimentos legais, os cinco permanecerão no país sob custódia da seguradora do navio,

que é de bandeira maltesa. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) também inspecionou a embarcação devido à suspeita de infecção por malária em um dos imigrantes resgatados e em um tripulante.